

Solicitar à Assembleia da República que tome diligências que possam levar o Governo a avançar com a concretização do IC26.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República,

O interior do país tem sido ao longo de décadas “alvo” de um enorme esquecimento por parte das entidades políticas nacionais. Se por um lado temos uma riqueza imensa para ajudar a recuperar o país das dificuldades financeiras e uma enorme força de vontade em querer fazer, por outro lado temos uma grande limitação, desde logo infraestrutural, no combate às barreiras geográficas que, quando “quebradas” podem contribuir positivamente para a competitividade dos nossos produtos e criações industriais. Promover uma empresa no interior é um grande desafio pois tudo tem um “custo” acrescido – sendo que o principal está relacionado com o tempo e a morosidade da ligação aos centros urbanos e às plataformas logísticas.

Decidir morar no interior é igualmente desafiante uma vez que os salários são de forma genérica mais baixos que os praticados nas regiões metropolitanas e os custos são acrescidos sempre que se decide apostar em formações académicas, recorrer a tratamentos médicos especializados, ou ainda aceder a serviços do estado com caráter de urgência.

Estes motivos, e os que andam relacionados com a desertificação que promove catástrofes como as dos incêndios do Verão passado, são certamente os motivos que levam a que hoje muito se fale em interior, ainda que nós em Moimenta da Beira, Sernancelhe, Tarouca ou Trancoso não sintamos na prática que qualquer medida do Programa Nacional para a Coesão Territorial tenha tido um impacto considerável.

Sabemos bem que não há uma medida, ou intervenção isolada, que possa resolver todos os problemas que enfrentamos ao nível da coesão territorial, mas sabemos também que há intervenções que podem gerar impactos significativos na dimensão económica e social destas populações isoladas do ponto de vista infraestrutural (seja por falta de vias de comunicação ou por falta de acesso a comunicações e fornecimento de energia de qualidade idêntica à das áreas metropolitanas).

Avançar com a construção do Itinerário Complementar número 26 ajudaria a quebrar o isolamento de todas estas populações e a aproximar o interior do litoral. A reivindicação dos subscritores desta petição torna-se mais pertinente quando sabemos que esta é uma rodovia prevista no Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho (Plano Nacional Rodoviário). Nos nossos concelhos temos, ao longo dos últimos anos, assistido a muitas promessas de construção deste itinerário, contudo, a única diligência concreta da qual temos informação é a da realização de um Estudos de Avaliação da Rede Rodoviária Nacional, datado de dezembro de 2011, e realizado a pedido do então INIR, EP para uma avaliação dos impactes ambientais na estratégia de rede rodoviária do Douro Sul, entre Lamego e Trancoso, numa intervenção de 58 km.

Desta forma os peticionários vêm por este meio solicitar que a Assembleia da República tome diligências que possam levar o Governo a avançar com a concretização do IC26.

Subscritor(es)

Cristiano Dias de Almeida Costa Coelho